

Aprendizagem musical, deficiência e inclusão: as publicações nas revistas brasileiras da área da música

Comunicação

GTE 12 – Ensino de Música, inclusão e anticapacitismo

Valmirlei Andrade de Sena Filho Dias
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
violinistavalmirleindrade@gmail.com

Flávia Maiara Lima Fagundes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
flaviafagundes@edu.unirio.br

Resumo: Este artigo tem por temática a aprendizagem musical, a deficiência e a inclusão. O estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que se caracteriza como uma pesquisa do estado do conhecimento, pois tem como objetivo pesquisar sobre a educação musical e a inclusão em publicações de revistas brasileiras da área da música. De forma exploratória, o texto apresenta os conceitos de deficiência, inclusão e capacitismo. Conclui-se que são poucos os trabalhos que tratam da deficiência e da inclusão na educação musical, com isso, constatamos a necessidade de ampliar as pesquisas nessa temática. Em geral, as pesquisas publicadas tratam sobre a formação docente, estratégias e metodologias de adaptações que podem ser utilizadas no contexto de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: aprendizagem musical; deficiência; inclusão.

Introdução

Este artigo é a ampliação de um trabalho de conclusão de curso de uma Licenciatura em Música, e foi motivado pelo interesse de buscar saber mais sobre a aprendizagem musical e a pessoa com deficiência. A pesquisa parte do seguinte questionamento: O que revelam as publicações nas revistas da ABEM, OPUS, Música Hodie, Per Musi e Orfeu no que se refere a aprendizagem musical das pessoas com deficiência e inclusão? O texto também apresenta os conceitos de deficiência, inclusão e capacitismo.

Como já mencionado na questão problema da pesquisa, as revistas¹ selecionadas para a coleta dos dados foram: Revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Revista Per Musi, Revista OPUS - Revista Eletrônica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM), Revista Música Hodie, e a revista Orfeu. Assim, foi realizado neste trabalho, um levantamento das publicações encontradas nas referidas revistas, e a partir disso, buscou-se compreender o que tem sido pesquisado sobre “aprendizagem musical e a pessoa com deficiência” no Brasil no período entre 2013 e 2024.

Com o objetivo geral de pesquisar sobre a aprendizagem musical e a pessoa com deficiência nas publicações das revistas brasileiras da área da música, esta pesquisa tem como objetivos específicos: Entender os conceitos de deficiência, inclusão e capacitismo; fazer um levantamento das publicações encontradas nas revistas mencionadas, e desse modo, compreender o que se tem pesquisado sobre a temática.

Aprendizagem musical e inclusão

A Declaração de Salamanca reforça a ideia de assegurar o direito de todos à educação, independentemente de suas diferenças e dificuldade individuais, sejam elas quais forem (UNESCO; MEC-ESPANHA, 1994).

Em sala de aula a inclusão se dá através do acolhimento de todos os alunos “independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Corde, 1994, p. 17). Vale salientar que se tratando de inclusão, as escolas especiais estão fora da realidade, pois são extremamente segregacionistas, portanto, um dos maiores objetivos a serem alcançados é que essas instituições estejam aptas a receber os mais variados alunos, com ou sem deficiência (Louro, 2015, p. 11). Sobre inclusão, Sasaki (2009) afirma que:

[...] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana [...] com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sasaki, 2009, p. 1).

Deve-se considerar que o ensino de música na Educação Básica é legalmente garantido pela legislação vigente por meio da Lei nº 13.278/2016, cuja redação substitui a Lei

¹ As revistas foram escolhidas por serem renomadas na Educação Musical.

11.769/2008. Se tratando da aprendizagem musical, a deficiência não deve ser uma barreira para se aprender música, mas sim uma nova forma de caminhar no conhecimento musical, e para isso a inclusão na educação musical deve estar sempre alinhada com o fazer musical. Não se pode esquecer que, cada indivíduo tem sua forma de aprender, apreciar e fazer artístico, e para que a aprendizagem musical ocorra é fundamental que o professor tenha conhecimentos referentes aos problemas de aprendizagem, transtornos, distúrbios e deficiências (Louro, 2015, p. 15).

Pensando na diversidade humana, entende-se como necessário a utilização de diferentes estratégias pedagógicas, para possibilitar o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído, e à vida produtiva, que são condições essenciais para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania (Brasil, 2001).

Assim, é fundamental que os professores formados ou em formação percebam que a educação está sempre se atualizando e se preparando para a prática docente. Precisa-se entender que cada pessoa tem sua forma de ser, e com isso, diferentes formas de aprender, por isso, se faz necessário criar estratégias para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência nos contextos de ensino e aprendizagem musical.

Capacitismo

Capacitismo é um termo recente no Brasil, por isso é essencial ser explicado para que se possa, tanto compreendê-lo quanto combatê-lo. Segundo Mello o capacitismo é “[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade” (Mello, 2016, p. 3272).

Segundo Fagundes (2022) “o capacitismo é uma violência velada que tem por efeito a discriminação, resultado das relações da sociedade, das práticas e interações sociais múltiplas, muitas vezes contraditórias, que estão produzindo subjetivamente os sujeitos com deficiência” (Fagundes, 2022, p. 173).

O capacitismo ocorre muitas vezes quando, no contexto de ensino e aprendizagem musical, denomina-se a pessoa com deficiência como: aluno especial; excepcional; deficiente; portador de deficiência; inválido; atrasado; retardado; e outros nomes que utilizam diminutivos como: aleijadinho; mudinho; ceguinho e demais termos. (Fagundes, 2022, p. 9).

Sendo assim, atitudes capacitistas podem estar disfarçadas de elogios e ações, que na realidade segundo alguns autores são formas de opressão.

Portanto, mesmo com tantos movimentos e lutas por parte das pessoas com deficiência, ainda há muito a ser conquistado para que esses indivíduos não sejam violentados, consigam realizar suas tarefas diárias e vivam com plenitude na sociedade, uma vez que é um direito de todo cidadão e cidadã.

Metodologia

O presente trabalho tem uma abordagem qualitativa, e para se aprofundar na temática foi escolhido a pesquisa exploratória. Assim, o estudo trata de uma pesquisa do estado do conhecimento, que pode ser classificado como um tipo de pesquisa bibliográfica. O levantamento e as discussões que regem esta pesquisa tomaram por base as revistas indexadas da ABEM², OPUS³, Música Hodie⁴, Per Musi⁵ e ORFEU, os quais são da área da música no Brasil. A escolha se deu por serem bem conceituadas na pesquisa acadêmica.

A procura pelos artigos dessas revistas relacionados à temática foi realizada através dos sites oficiais das mesmas, e o período das publicações a serem explorados foi referente aos anos entre 2013 e 2024. A busca foi realizada de forma manual, investigando por meio dos títulos e resumos das publicações, que se relacionavam com o tema proposto. Foi realizada uma pesquisa utilizando palavras-chave: “aprendizagem musical”, “educação musical”, “deficiência”, “inclusão”, e “pessoas com deficiência”. Além disso, foi considerado as temáticas que abordavam algum tipo de deficiência, ou seja, as publicações que apresentavam alguma deficiência em destaque no título.

No total foram encontrados 40 artigos, e desses, 12 são da revista ABEM², 2 da OPUS³, 5 da Música Hodie⁴, 3 da Per Musi⁵ e 18 da revista Orfeu⁶. Os artigos diferem de contexto, especificidade, e o tipo da pesquisa. Salienta-se que também foram catalogadas nesta pesquisa sete artigos com autores estrangeiros.

² Disponível em: <https://abemeducacomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/index>.

³ Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/index>.

⁴ Disponível em: <https://revistas.ufg.br/musica>.

⁵ Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/index>.

⁶ Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/index>

Os dados que foram imprescindíveis para a discussão foram coletados mediante a análise do conteúdo dos artigos, assim, destacando os conceitos encontrados, a problemática e as possíveis soluções, e o que foi debatido que contribuísse para esta pesquisa. Buscou-se identificar também quais metodologias foram abordadas, as intervenções feitas, a visão dos autores, as contribuições sobre a aprendizagem musical e inclusão da pessoa com deficiência, e como os professores, familiares e estudantes poderiam colaborar para a efetivação da inclusão dessas pessoas na aprendizagem musical.

As publicações das revistas

Os artigos selecionados, que se relacionavam com a temática e os objetivos desta pesquisa, foram divididos por eixos temáticos, para uma melhor organização dos trabalhos encontrados. Então, após uma análise minuciosa, os eixos temáticos foram: Deficiência auditiva, deficiência visual, paralisia cerebral, autismo, e deficiências em geral.

Vale salientar que ao longo dos anos o conceito de deficiência vem se modificando, sendo assim, compreendido como resultado “da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2009).

Os artigos publicados que abordam a deficiência auditiva colocam alguns tabus referentes aos surdos, como “surdo não pode aprender música”, ou “se não ouve como vai tocar?”, mas foi discutido pelos trabalhos encontrados que a música vai muito além do ouvir.

As pesquisas encontradas mostraram diversas possibilidades para a aprendizagem musical das pessoas com deficiência auditiva, entre elas: A tradução das notas musicais em vibrações táteis; atividades com percussão corporal; utilização de tecnologias (metrônomo com luzes); o uso do som ambiente; a música interpretada-traduzida para Língua de Sinais (LS); dentre outras ferramentas que podem ser usadas pelo docente para o ensino de música para pessoas com deficiência auditiva. Em concordância a isso, Schambeck (2017) discute que “A inserção da música no contexto escolar inclusivo e um princípio de direito que pode ser a única oportunidade de essas crianças terem contato com a linguagem musical e de terem constituído o seu ser musical” (Schambeck, 2017, p. 17).

Os trabalhos versam sobre importância de se colocar no lugar do aluno com deficiência auditiva e procurar entender suas dificuldades, para que assim se possa conhecer suas características e processos de aprendizagem, bem como os sistemas e recursos de comunicação de que necessita (Sánchez, 2021, p. 11). Assim, o que Sánchez diz coincide diretamente com as colocações de Mathias (2019), que afirma que é “[...] necessário ampliar o olhar da educação para além das fronteiras da escola, que é um dos espaços onde a educação ocorre, mas não é o único” (Mathias, 2019, p. 4, tradução nossa). Tendo isso em pauta, é urgente se pensar no atendimento específico e eficiente para essas pessoas que convive conosco (Martins; Santos, 2023, p. 16).

As pesquisas de Sá, Batista e Santos (2019) também esclarecem que os problemas relacionados à falta de ensino de qualidade para esse público (pessoas com deficiência) podem ser estruturais, quando não há equipamentos ou um espaço adequado, ou de ordem conceitual, quando há despreparo por parte dos professores ou mesmo por desinteresse de alguns estudantes (Sá; Batista; Santos, 2019, p. 23), pois, como falado por Pinto e Luders (2023, p. 10) “É como se a pessoa com deficiência não fosse considerada como alguém que se relaciona com a música”, levando a prática do capacitismo, como colocado por Adriana Dias (2013, p. 5) é a “discriminação por motivo de deficiência”, e definido por Fagundes (2023, p. 3) como “o preconceito sofrido pelas pessoas com deficiência”. Assim, é necessário a mudança de postura (da escola, sociedade, governo, pais e alunos)”.

Os artigos acerca da deficiência visual, em sua maioria, citaram a utilização do Braille como ferramenta de acessibilidade para as pessoas cegas. Giesteira, Godall e Zattera (2015) colocam ser um mito que as “pessoas com deficiência visual têm um ouvido musical mais desenvolvido do que as pessoas com visão” (Giesteira; Godall; Zattera, 2015, p. 139).

Os autores ainda afirmam que as pesquisas “têm demonstrado que existem muitos fatores que influenciam o desenvolvimento da percepção auditiva em pessoas cegas” (Giesteira; Godall; Zattera, 2015, p. 139), e esse desenvolvimento está relacionado a vários fatores em que um deles trata-se do acesso ao aprendizado musical. Logo, como a percepção auditiva é um elemento essencial, a escrita também tem um papel fundamental na formação do aluno na aprendizagem musical (Giesteira; Godall; Zattera, 2015, p. 2). Mas, habitamos uma realidade de ensino predominantemente visual, o que leva a subestimar o potencial dos

alunos com deficiência visual, por isso, se faz necessário utilizar adaptações para ajudar os estudantes a alcançar seus objetivos.

Na pesquisa de Giesteira (2019) todos os participantes concordaram que a musicografia braille deve ser introduzida progressivamente levando em conta as características deste sistema (Giesteira, 2019, p. 20). Giesteira, Godall e Zattera (2015) ainda afirmam que boa parte da população de músicos cegos realiza seus estudos de forma autodidata ou tem formação musical sem acesso à escrita musical, destacando que aprender o código musical braille depende dos objetivos traçados por cada um (Giesteira; Godall; Zattera, 2015, p. 143).

Os autores destacam a importância da realização de adaptações e preparação de materiais pedagógicos que considerem as características do sistema musical Braille, pois proporciona maior autonomia aos estudantes, facilitando sua inclusão e adaptação (Giesteira; Godall; Zattera, 2015, p. 12). Os pesquisadores ainda destacam que a falta de acessibilidade dificulta a realização de uma educação musical de qualidade e acrescentam que é crucial para o docente conhecer a estrutura da Musicografia Braille, buscando novas estratégias e formas de adaptar o ensino.

Com base nas pesquisas citadas, podemos concluir que o docente pode auxiliar o educando cego através da escrita musical em Braille, estimulando o seu processo de autonomia em seus estudos. Vale destacar que o processo de autonomia em sala não depende somente do professor e nem tampouco da capacidade do aluno em aprender, e sim de um trabalho coletivo (Keffer; Melo; Zattera, 2021, p. 8).

Sobre a autonomia, os escritos de Giesteira, Godall e Zattera (2015, p. 3) dialogam com as ideias de Keffer, Melo e Zattera (2021, p. 35) de que, através da escrita musical em Braille, o docente pode auxiliar o educando cego rumo ao processo de autonomia em seus estudos. Vale destacar que os recursos tecnológicos mediando um determinado conhecimento, poderá favorecer a inserção igualitária dos alunos com deficiência visual (Lima, 2024, p. 23). Assim, mesmo diante de barreiras torna-se possível abrir um leque de possibilidades, seja com uma tecnologia desenvolvida décadas atrás ou com novos recursos que as ferramentas virtuais estão trazendo.

De todos os artigos encontrados na busca para esta pesquisa, apenas um aborda a

temática da PC (Paralisia Cerebral), e foi publicado na revista da ABEM em 2021 por Valério e Schambeck. Há uma preocupação dos autores quanto à confusão que é causada em relação aos objetivos da educação musical e da musicoterapia, pois mesmo que as duas partam de um trabalho realizado entre o indivíduo e a música, seus objetivos são diferentes (Valério; Schambeck, 2021, p. 302). Falando de aprendizagem musical, mediante as estratégias usadas nesta pesquisa, os autores observaram que “a proximidade com a música e os desafios superados até então motivaram o aluno a estudar o instrumento” (Valério; Schambeck, 2021, p. 306).

Assim, é perceptível a importância de aproximar o estudante da música e estruturar estratégias, além de buscar novas formas de adaptar o ensino de música, especificamente para alunos com PC. Sendo assim, a ação pedagógica de adaptar os materiais permitiu que o aluno se mantivesse estimulado a continuar com as aulas de piano.

Outro ponto crucial nessa publicação é que os autores destacaram o papel fundamental dos familiares nesse processo de ensino e aprendizagem, chegando à reflexão de que, por meio do incentivo da família os desafios “puderam ser transformados em possibilidades mediante a ação pedagógica”. Os autores afirmam ainda que os desafios encontrados, foram transformados em possibilidades mediante a ação pedagógica (Valério; Schambeck, 2021, p. 310). Dessa maneira, foi constatado que um fator relevante para superar os desafios está associado ao diálogo entre professores e estudantes.

Sobre o autismo, “[...] é um distúrbio do neurodesenvolvimento que apresenta déficits persistentes na comunicação social [...] padrões restritivos e repetitivos” (Freire et al., 2018, p.3). As pessoas com TEA foram consideradas pessoas com deficiência apenas no ano de 2012, após a Lei nº 12.764 (Brasil, 2012). Segundo Pendeza e Dallabrida (2017) “a relação entre TEA e Educação Musical ainda é pouco investigada no Brasil” (Pendeza; Dallabrida, 2017, p. 111).

Viviane Louro (2021) escreve que a música é “uma ferramenta amplamente utilizada para o tratamento e desenvolvimento global de pessoas com TEA” (Louro, 2021, p. 2). Rodrigues e Freitas Júnior (2018) também afirmam que a educação musical é um importante instrumento para o desenvolvimento cognitivo de pessoas com TEA e, por isso, traz efeitos positivos que ajudam em seu desenvolvimento global. Zimmer, Rodrigues e Freitas (2018)

dizem que as propostas musicais que permitam o trabalho de aspectos da psicomotricidade (psicológico, cognitivo, motor e etário) são essenciais a pessoas com TEA (Zimmer; Rodrigues; Freitas, 2018, p. 159).

Corroborando com o que foi colocado por esses pesquisadores, um artigo publicado por Oliveira, Parizzi, Sampaio e Parlato-Oliveira (2022), ficou evidente a eficácia da Educação Musical “enquanto elemento propulsor do desenvolvimento de crianças autistas, com destaque, nesta pesquisa, para a melhora da comunicação social” (Oliveira et al., 2018, p. 8). Elencado a isso, “A partir da conexão entre o desenvolvimento musical e o desenvolvimento da comunicação social do autista, torna-se evidente a relevância da educação musical nesse processo” (Fonseca, 2023, p. 10).

Reforçando isso, Neto e Louro (2024) deixa explícito que a música pode ser um caminho para que essa interação aconteça, e é colocado nessa pesquisa que a musicalização permite que a criança “[...] conheça a si mesma, desenvolvendo sua noção de esquema corporal, o que permite a comunicação com o outro” (Neto; Louro, 2024, p. 8).

Viviane Louro (2021), diz que “uma das características básicas do autismo é a dificuldade de romper a rotina por terem uma certa inflexibilidade cognitiva e dificuldade na teoria da mente. Logo, compreender o contexto social ao seu redor é um desafio” (Louro, 2021, p. 10), enfatiza a importância de manter uma rotina, para assim facilitar a aprendizagem da pessoa com TEA, pois a aprendizagem envolve em sua maioria a interação entre sujeito e a tarefa.

No entanto, para a execução da aprendizagem musical é necessário empregar metodologias que dialoguem com as capacidades e necessidades do aluno (Louro, 2021, p. 13). E é de suma importância “[...] adaptar-se ao contexto do aluno e atentar para os estímulos do ambiente, não apenas os sonoros [...] que possam ocasionar uma desregulação sensorial” (Santana; Júnior; Sampaio, 2023, p. 19).

Assim, foi possível perceber por meio dos dados deste artigo que há uma grande variedade de metodologias, estratégias e conteúdos que se mostraram promissores na inclusão e na aprendizagem musical para pessoas com TEA. Porém, os dados coletados por Rodrigues e Freitas Júnior (2018, p. 154), nos adverte que para tudo isso é necessário a conscientização da comunidade escolar quanto ao diagnóstico do TEA, pois a omissão do

mesmo não significa eliminar as características do TEA.

Foi possível notar também que a comunidade escolar precisa de instrução para estratégias de ensino, para que o estudante com TEA aproveite da convivência com a diversidade para ampliar as oportunidades de trocas sociais (Rodrigues; Freitas Júnior, 2018, p. 154). Dessa forma, a instituição de ensino, independentemente do nível ou modalidade, deve “[...] fornecer uma formação pautada em um ensino de qualidade” (Rodrigues; Freitas Júnior, 2018, p. 154).

Sobre a docência, Louro (2021) ressalta a importância de os professores terem “uma formação pedagógica adequada e que contemple processos de ensino-aprendizagem diferenciados para que possam trabalhar com a diversidade de forma eficiente” (Louro, 2021, p. 13). Complementando, Neves, Parizzi, Freire e Nunes destacam que “um professor estudioso e sensível poderá impactar positivamente os alunos com TEA” (Neves et al, 2023, p. 12). Concomitante a isso, o professor “precisa ter acesso a uma formação especializada em recursos humanos que lhe possam servir de apoio” (Silvestrim; Caregnato, 2023, p. 26).

Apenas 3 artigos publicados trataram da deficiência de forma mais geral, sem uma especificidade estabelecida, e estes destacam que as produções científicas referentes à educação musical e à educação especial são recentes e ainda escassas (Cil; Gonçalves, 2018, p. 338). Complementando essa narrativa da escassez de pesquisa nessa área, as autoras Fantini, Joly e Rose (2016) afirmam que:

A educação musical especial vem se configurando como uma área que transita por diversos campos do conhecimento, exigindo uma visão plural do educador ou pesquisador que se envolve com suas práticas e concepções. Talvez por isso, entre outros fatores, esse campo do conhecimento ainda se mostre tímido em produções no Brasil. (Fantini; Joly, Rose, 2016, p. 50).

Nesse sentido, é possível perceber que são poucas as publicações sobre a aprendizagem musical e a pessoa com deficiência nessas revistas da área da música, embora esse cenário tenha mudado nos últimos anos. As pesquisadoras também fazem uma crítica às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), homologadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Em se tratando de inclusão Cordeiro e Soares destacam que:

A educação inclusiva, por sua vez, tem o objetivo de contemplar alunos de diversos perfis numa mesma sala de aula, tanto típicos (sem deficiência) quanto com deficiência ou transtorno, numa perspectiva equitativa onde todos tenham acesso ao conhecimento. (Cordeiro; Soares, 2023, p. 8).

Logo, fica evidente a lacuna existente entre as concepções legais da inclusão e a realidade escolar, sendo necessário “repensar a educação no Brasil” (Gonçalves; Gomes, 2023, p. 14). Tratando-se de inclusão na escola é essencial que haja uma busca, de maneira colaborativa, de uma construção das práticas inclusivas a fim de que todos os alunos sejam atendidos no seu direito amplo à educação, quebrando barreiras frente à aprendizagem, sejam elas estruturais, curriculares, de comunicação, dentre outras (Schambeck, 2016, p. 33).

Sobre a docência, Cil e Gonçalves (2018, p. 339) afirmam que o professor precisa conhecer os conteúdos pertinentes à educação musical, caso contrário pode realizar concepções errôneas no ambiente escolar, pois, o “professor é essencial para a eliminação de barreiras” (Soares, 2023, p. 28). No relato de experiência do Mauã (2021) ele coloca algumas práticas que podem ser aplicadas em grupos musicais com pessoas com deficiência, como por exemplo o trabalho em grupo, evitando aulas individuais, e trabalhando a inclusão mesclando o grupo com pessoas com e sem deficiência e níveis diferentes de conhecimento, e o mais importante é respeitar a individualidade e o ritmo de cada um.

Vale destacar que trabalhar com alunos com deficiências em sala de aula implica, para além de seguir o texto dos documentos normativos, conhecer os estudantes (Schambeck, 2016, p. 32). Tendo em vista que há leis que regem o ensino, Schambeck diz que nas aulas de música, a partir da implantação das orientações legais, os professores se deparam com “a necessidade de encontrar formas alternativas de trabalho de modo a incluir, também nas atividades musicais, alunos com deficiência, quando for o caso” (Schambeck, 2016, p. 28).

Uma pesquisa realizada em 2024 apresenta os benefícios da educação musical para esse público, e revela que a realização de movimentos com música “estimula diferentes áreas do cérebro em ambos os hemisférios relacionadas a aspectos motores e funções cognitivas como planejamento e atenção” (Khanjankhani et al., 2024, p. 10, Tradução nossa). Acessibilizar é dar a oportunidade a todos de experimentar, produzir e usufruir, seja a música ou qualquer outra arte. Por fim, reforça que a música é para todos, sendo assim, todo ser humano é capaz de se beneficiar da música (Oliveira; Fonseca, 2023, p. 15). Em vista disso,

refletimos que todas as pessoas sem exceção podem experimentar o que a música tem a oferecer.

Considerações Finais

Nas publicações encontradas a música é considerada como uma importante ferramenta de estímulo e elemento de socialização humana. Os dados das pesquisas revelaram que para além do professor, a aprendizagem musical e a inclusão das pessoas com deficiência também dependem das ações das instituições de ensino, do governo, dos familiares responsáveis por essas pessoas, dos colegas que os cercam e da própria pessoa com deficiência.

Diante do que foi explorado nesta pesquisa, para a inclusão das pessoas com deficiência na aprendizagem musical faz-se necessário, dentre tantas coisas, rever metodologias, fazer adaptações no ensino e na estrutura do ambiente, com vistas a proporcionar o acesso e a autonomia na aprendizagem do educando.

Em se tratando das especificidades das deficiências, apenas algumas foram foco dos estudos, são elas: Deficiência auditiva, deficiência visual, paralisia cerebral e autismo. Portanto, conclui-se que são poucas as pesquisas publicadas sobre a temática.

Espera-se que os dados levantados e as discussões realizadas neste trabalho possam colaborar com futuras pesquisas sobre a temática, e que a aprendizagem musical possa ampliar as discussões sobre a busca de uma construção pedagógico-musical anticapacitista. Desejamos que esta pesquisa seja uma contribuição para os educadores musicais que buscam uma abordagem exploratória do assunto.

Referências

BEZERRA DE LIMA, E. **Can blind people conduct musical ensembles? The deconstruction of visual dependency in conducting teaching through Maestro v. 1.** *Música Hodie*, Goiânia, v. 23, 2024. DOI: 10.5216/mh.v23.76883. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/musica/article/view/76883>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. CNE. CEB. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial – Educação Básica**, Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL, *Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012*. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. **Presidência da República, Casa Civil**. Disponível em: <respublica.jusbrasil.com.br/legisla-cao/1033668/lei-12764-12r>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL, Ministério da educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FAGUNDES, Flávia Maiara Lima. **Deficiência e capacitismo: reflexões sobre a inclusão na aula de música**. *Debates*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 121-132, out. 2022. Disponível em: <</Downloads/12609-Texto%20do%20Artigo-67608-1-10-20230317.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FAGUNDES, Flávia Maiara Lima; SOBREIRA, Sílvia Garcia. **Deficiência e capacitismo: o ensino e a aprendizagem musical a partir de práticas pedagógicas anticapacitistas**. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0114, 2023. DOI: 10.5965/2525530408022023e0114. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23744>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FANTINI, R., JOLY, I., DE ROSE, T.. Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24, n. 36, p. 36-54, apr. 2016. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/5666>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FONSECA, Maria Betânia Parizzi. Musicalidade originária e educação musical: potencializando canais de comunicação com o autista. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0113, 2023. DOI: 10.5965/2525530408022023e0113. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23642>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FREIRE, Marina Horta; MARTELLI, Jéssica; ESTANISLAU, Gabriel; PARIZZI, Maria Betânia. **O desenvolvimento musical de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em Musicoterapia: revisão de literatura e relato de caso**. *Orfeu*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 145–171, 2018. DOI: 10.5965/2525530403012018145. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/1059652525530403012018145>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GIESTEIRA, A., GODALL, P., ZATTERA, V.. La enseñanza de la Musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escritura musical en Braille y la transcripción de

materiales didácticos. **Revista da Abem**, Londrina, v. 23, n 34, p. 138-151, jan./jun. 2015. Disponível em: < <http://abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/5366>.>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GIESTEIRA, Adriano Chaves. **Procesos de decodificación de la partitura braille**. *OPUS*, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 70-92, jul. 2019. ISSN 15177017. Disponível em: < <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2019b2504>.>. Acesso em: 14 mar. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.20504/opus2019b2504>.

GONÇALVES, Alex da Silva; GOMES, Marineide de Oliveira. Inclusão e Imaginação: os desafios da formação do educador musical para o ensino de crianças com deficiência/transtornos. **Orfeu**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0116, 2023. DOI: 10.5965/2525530408022023e0116. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/24203>. Acesso em: 24 jul. 2024.

KEFFER, Welington; MELO, Douglas Christian Ferrari de; ZATTERA, Vilson. O processo de leitura e escrita de partituras e os desafios da cegueira congênita na perspectiva de Vigotski. **Revista da Abem**, v. 29, p. 28-46, 2021. Disponível em: <http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/971>. Acesso em: 14 mar. 2023.

KHANJANHANI, Elahe, Hossein Samadi, Saeid Ahar, and Francisco Javier Romero Naranjo. 2024. **“The Effect of BAPNE Body Percussion Exercises on the Balance and the Executive Functions of DCD Children: A Preliminary Study”**. *Per Musi* 25 (March):1-19. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2317-6377.2024.49095>.>. Acesso em: 24 jul. 2024

LOURO, Viviane dos Santos; SILVA, Juracy Pereira da. Instrumentos musicais acessíveis: um projeto de extensão da Universidade Federal de Pernambuco. **Orfeu**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0104, 2023. DOI: 10.5965/2525530408012023e0104. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23607>. Acesso em: 24 jul. 2024.

LOURO, Viviane. **Educação musical e autismo: relato de experiência de pesquisa de doutorado em neurociências**. *Per Musi*, [S. l.], n. 41, pág. 1–16, 2021. DOI: 10.35699/2317-6377.2021.25389. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/article/view/25389>.>. Acesso em: 14 mar. 2023.

LOURO, Viviane. Educação musical inclusiva: desafios e reflexões. **In:** SILVA, Helena Lopes da Silva; ZILLE, José Antônio Baêta et al (org.). *Música e educação: série diálogos com o som*. Ensaios. Barbacena: EdUEMG, 2015. P. 33-49. Disponível em: <<https://grupocanelafina.com.br/wp-content/uploads/2017/05/LOURO-2015Educa%C3%A7%C3%A3o-Musical-Inclusiva.pdf>.>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MELLO, Anahi Guedes. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63047756029>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

NEVES, Maria Teresa de Souza; FONSECA, Maria Betânia Parizzi; NUNES, Natália; FREIRE, Marina. O ensino do piano e o transtorno do espectro do autismo: uma revisão sistemática. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0107, 2023. DOI: 10.5965/2525530408012023e0107. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23689>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OLIVEIRA, Gleisson do Carmo. Et al. Relações entre a Educação Musical Especial e o desenvolvimento da comunicação social em crianças com autismo. *Revista da Abem*, v. 30, n.2, e30211, 2022.

OLIVEIRA, Gleisson do Carmo; FONSECA, Maria Betânia Parizzi. Protocolo Organizador da Educação Musical Especial (PROEME): uma proposta para o planejamento docente. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0102, 2023. DOI: 10.5965/2525530408012023e0102. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23407>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PENDEZA, D., DALLABRIDA, I.. Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24, n. 37, p. 98-113, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaABEM/index.php/revistaabem/articl e/view/583>. Acesso em: 14 mar. 2023.

NETO, Pereira da Costa, I., & LOURO, A. L. (2024). Práticas de percussão e transtorno do espectro autista em projeto social: entrevistando pais e responsáveis. *Revista da ABEM*, 32(2), e32217. Disponível em:<<https://doi.org/10.33054/ABEM202432217>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PINTO, Camile Tatiane de Oliveira; LÜDERS, Valéria. Caminhos pedagógicos de uma disciplina de educação especial e inclusiva de um curso de licenciatura em música. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0106, 2023. DOI: 10.5965/2525530408012023e0106. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23702>> Acesso em: 24 jul. 2024.

RODRIGUES, Jessika Castro; FREITAS JÚNIOR, Áureo Deo de. **“O diploma é a coisa mais importante do mundo!”**: relato de um caso de estudante com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) para adquirir um diploma no curso técnico em música, a partir da visão do aluno e de sua cuidadora. *OPUS*, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 140-158, ago. 2018. ISSN 15177017. Disponível em: <<https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2018b2406>>. Acesso em: 14 mar. 2023

SÁ, Caio Vinícius Pereira de; BATISTA, Carlos Eduardo Coelho Freire; SANTOS, Donately da Costa. Auris Keyboard: ferramenta de auxílio ao treinamento de percepção musical para pessoas surdas. *Revista da Abem*, v. 27, n. 43, p. 21-43, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/8299>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SÁNCHEZ, L. El aprendizaje del violín en alumnado con discapacidad auditiva. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 21, 2021. DOI: 10.5216/mh.v21.67802. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/musica/article/view/67802>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SANTANA, Lenilce da Silva Reis; SILVA JUNIOR, Jose Davison da; SAMPAIO, Renato Tocantins. Reflexões sobre o aprendizado de música de uma criança com autismo a partir de observações sobre a integração sensorial: um estudo de caso. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0115, 2023. DOI: 10.5965/2525530408022023e0115. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23704>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SCHAMBECK, R.. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24, n. 36, p. 23-25 apr. 2016. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/5988>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SCHAMBECK, Regina Finck. Vendo, sentindo e tocando: processos de musicalização de crianças surdas. *Orfeu*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 114–132, 2017. DOI: 10.5965/2525530402022017114. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/1059652525530402022017114>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVESTRIM, Fernanda Guerra; CAREGNATO, Caroline. Paradigmas de inclusão na educação musical de pessoas com autismo: uma análise de relatos publicados pela ABEM. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0112, 2023. DOI: 10.5965/2525530408012023e0112. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23682>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SOARES, Lisbeth. Educação musical inclusiva e formação de professores: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0108, 2023. DOI: 10.5965/2525530408012023e0108. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23700>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

VALÉRIO, Mara Síntique Del Guerra; SCHAMBECK, Regina Finck. Processos de ensino e aprendizagem do piano para aluno com paralisia cerebral: escola livre de música como espaço inclusivo. *Revista da Abem*, v. 29, p. 294-316, 2021. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/10222>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ZIMMER, Paulyane Nascimento; RODRIGUES, Jéssika Castro; FREITAS, Áureo Déo de. Educação musical e transtorno do espectro autista: análise da produção em revistas brasileiras de Artes/Música Qualis A1 e seus anais de eventos regionais e nacionais (2006-2016). *Revista da Abem*, v. 26, n. 40, p. 149-166, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/7600>>. Acesso em: 14 mar. 2023.